

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Acerca do direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 51 Como a Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Conselho Nacional de Justiça a competência para exercer o controle externo do Poder Judiciário, o Conselho não pode ser considerado um órgão do Poder Judiciário.
- 52 O presidente da República exorbitaria suas atribuições constitucionais caso apresentasse projeto de lei complementar determinando ser obrigatório haver ao menos um juiz de direito em cada município do país.
- 53 O princípio da separação dos poderes, um dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), é incompatível com o exercício de funções administrativas pelo Poder Judiciário, como, por exemplo, o registro de candidatos a cargos eletivos, a realização de pleitos eleitorais e a expedição de documentos.
- 54 Caso a esposa de um pesquisador indiano contratado exclusivamente para trabalhar em uma instituição brasileira de pesquisa por um prazo determinado de dois anos dê à luz um filho em território brasileiro, a criança terá nacionalidade brasileira, mesmo que os pais tenham apenas nacionalidade indiana.
- 55 Apesar de dispor que o cristianismo é a religião oficial da República Federativa do Brasil, a CF garante a liberdade de crença e de culto a todas as religiões.
- 56 Seria inconstitucional uma regra de edital de concurso público para servidores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia que reservasse 20% das vagas para candidatos residentes há mais de cinco anos em estados da região Norte.
- 57 Seria inconstitucional portaria do MCTI que determinasse que informações acerca da atuação do ministério somente poderiam ser prestadas àqueles que previamente comprovassem ter interesse particular direto na referida informação.
- 58 Como os cargos públicos de provimento efetivo são constitucionalmente reservados aos brasileiros natos e naturalizados, seria inconstitucional lei federal que permitisse o acesso de estrangeiros a cargos efetivos de pesquisadores em institutos federais de pesquisa.
- 59 A CF não impõe nenhuma limitação ao número de reeleições possíveis para os cargos de deputado federal e de senador da República.
- 60 Os ministros de Estado podem editar decretos e regulamentos que visem à garantia da execução fiel das leis.
- 61 O presidente da República não pode delegar aos ministros de Estado a atribuição de editar medidas provisórias, mesmo que essa delegação se restrinja às matérias diretamente relacionadas ao objeto do respectivo ministério.
- 62 Compete privativamente à União legislar sobre ciência e tecnologia.

Considerando que um servidor do MCTI tenha decidido ingressar na justiça com ação para anular uma punição disciplinar que determinara a sua suspensão por dez dias, em virtude de violação dos seus deveres funcionais, julgue os itens a seguir.

- 63 Por força constitucional, o referido servidor terá direito de ser representado, nessa demanda judicial, por um advogado da União, uma vez que a Advocacia Geral da União é responsável pelo assessoramento jurídico no âmbito do Poder Executivo.
- 64 Essa ação deverá ser ajuizada perante a justiça federal, e não perante a justiça do trabalho.

Com relação aos fundamentos de direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- 65 O ato administrativo goza do atributo da exigibilidade, ou seja, só se pode exigir o seu cumprimento por meio de ação judicial.
- 66 A nomeação de um general do Exército como ministro do Superior Tribunal Militar é caracterizada como ato complexo.
- 67 No que se refere à posição estatal, o MCTI é classificado como órgão independente.
- 68 O Instituto Nacional de Seguridade Social, órgão da administração descentralizada indireta, embora possua autonomia administrativa, não tem autonomia política para criar todas as suas normas.
- 69 A Fundação Nacional do Índio é órgão da administração direta que exerce função típica de Estado.

Julgue os itens que se seguem, acerca de agentes públicos e poderes administrativos.

- 70 O poder disciplinar possibilita sancionar os particulares que não cumprem seus deveres, como, por exemplo, deixar de pagar as taxas cobradas pela administração pública.
- 71 É possível a existência de poder de polícia delegado, no entanto, é amplamente aceita na doutrina a vedação da delegação do poder de polícia à iniciativa privada.
- 72 O candidato aprovado em concurso público do MCTI que tomar posse regularmente e for investido em cargo público é considerado empregado público submetido ao regime estatutário próprio.
- 73 O ministro de Estado é considerado agente honorífico, por desempenhar função que exige, para sua nomeação pelo presidente da República, ilibada conduta e honradez inquestionável.
- 74 É vedado a desembargador de tribunal avocar função originariamente atribuída a juiz singular.

Com relação a licitação e controle e responsabilização da administração, julgue os itens subsequentes.

- 75 Verifica-se a adoção da teoria do risco integral na situação em que o Estado, por dolo ou culpa, indeniza um particular que sofreu acidente em via pública em função das condições precárias do asfalto, devendo o Estado apenas comprovar onexo causal, salvo se a vítima for culpada.
- 76 Na situação em que um servidor público tenha sido acusado de determinado fato e, na esfera criminal, seja absolvido por inexistência do fato ou por não comprovação de sua autoria, ele não responderá por essa acusação na esfera administrativa.
- 77 A ação de regresso, em face de servidor que tenha tido conduta lesiva, independe da efetivação do pagamento, por parte da administração pública, por dano causado ao particular.
- 78 A ação popular é uma forma de controle disponibilizado ao cidadão para o exercício de seus direitos políticos e tem o objetivo de proteger o patrimônio público, a moralidade administrativa e o meio ambiente, sendo vedado ao Ministério Público propô-la.

Acerca da legislação, dos princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens a seguir.

- 79 O fundo de arquivo acumulado por uma organização é resultado da aplicação do princípio da ordem original.
- 80 O documento de arquivo é aquele acumulado, naturalmente, como resultado das atividades de uma organização pública ou privada.
- 81 Os arquivos do MCTI são formados pelos documentos em suporte papel e em suporte eletrônico, pelos documentos bibliográficos e pelos documentos museológicos.
- 82 No MCTI, as orientações para a organização dos documentos de arquivo são dadas pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) e pelo Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
- 83 Os documentos públicos são identificados como ativos, inativos e elimináveis.
- 84 Arquivística é a disciplina que tem como objetivo tratar as coleções de documentos produzidos e(ou) recebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas.

A respeito da gestão de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 85 A ordenação de documento é uma atividade anterior à classificação e posterior ao arquivamento.
- 86 A determinação dos prazos de guarda nos arquivos corrente e intermediário em uma tabela de temporalidade é feita, geralmente, na unidade de tempo ano.
- 87 A gestão de documentos envolve as sete funções arquivísticas: criação, classificação, avaliação, difusão, descrição, aquisição e preservação.
- 88 A distribuição de documentos, uma das atividades de protocolo, é desenvolvida em todos os setores de uma organização.
- 89 A classificação dos documentos produzidos e(ou) recebidos pela atividade-meio do MCTI é feita a partir do Código de Classificação de Documentos de Arquivo, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos para os órgãos da administração pública federal.

Acerca da preservação e conservação dos documentos de arquivo, julgue os itens subsequentes.

- 90 As melhores condições ambientais para guarda de documentos em suporte papel consistem em temperatura baixa e umidade alta.
- 91 A restauração de documentos é uma técnica de combate a insetos, que degradam, principalmente, os documentos em suporte papel.
- 92 Os documentos de arquivo em suporte papel devem ser acondicionados em pastas suspensas ou caixas-arquivo de papelão produzido com pH neutro.

Com relação à qualidade no atendimento ao público, julgue os itens a seguir.

- 93 As demonstrações de cortesia do servidor público manifestam-se não só por meio da educação, como também da urbanidade.
- 94 A eficiência do servidor público na realização de suas tarefas caracteriza-se pela qualidade do serviço prestado ao cidadão ou do produto a ele entregue, não importando o tempo que o servidor despendeu para tanto.
- 95 Um assistente administrativo que trabalha no atendimento ao público deve comunicar-se por meio do jargão técnico, de forma a demonstrar seu conhecimento do assunto aos cidadãos que atende e transmitir-lhes segurança.
- 96 O servidor público mostra eficiência ao realizar simultaneamente a tarefa de atendimento ao cidadão e a consulta ao sistema de dados.
- 97 Ainda que a solicitação de um cidadão não tenha sido atendida, por não estar de acordo com a legislação, o servidor público deve ser paciente com ele e ouvir sua queixa.

Julgue os itens seguintes, relacionados ao trabalho em equipe.

- 98** Na equipe funcional, os membros trabalham em conjunto e com autonomia. A autoridade, a liderança e os limites estabelecidos para a atuação dos membros das equipes não são claros nem bem definidos.
- 99** Um membro da equipe cuja personalidade possibilita caracterizá-lo como observador apresenta dificuldade em se relacionar com o grupo e manter um contato mais estreito com as pessoas.
- 100** Um colaborador com o perfil denominado de pacificador tem facilidade para aceitar as mudanças a serem implementadas pela equipe e adaptar-se a elas.
- 101** A eficácia no comportamento interpessoal relaciona-se à habilidade para resolver os problemas sem retrocessos.
- 102** A utilização do trabalho em equipe não se caracteriza como um advento recente nas organizações.

Com relação à qualidade no serviço público, julgue os itens subsecutivos.

- 103** Para executar atividades que requeiram esforço intelectual, o gestor público deve constituir grupos grandes, passando-lhes poucas ordens, com bastante objetividade.
- 104** O servidor que possui um comportamento receptivo oferece respostas satisfatórias à organização, necessitando, porém, de estímulos e desafios.
- 105** O servidor, no exercício da função pública, deve buscar não só estudar, como também praticar a compreensão com os colegas de trabalho e os usuários, tendo por objetivos ampliar o entendimento mútuo e prestar um serviço público de excelência.
- 106** Um servidor não deve considerar, na avaliação do trabalho que desempenha, a opinião pública a respeito do órgão em que serve, devendo embasar sua avaliação de desempenho em indicadores concretos, formais, validados no processo de trabalho e vinculados às leis e aos princípios da administração pública.

Com relação à ética no serviço público, julgue os itens de **107 a 113**.

- 107** Em situações emergenciais, pode-se ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas.
- 108** Na moralidade administrativa, a conduta dos servidores públicos baseia-se nos valores subjacentes à atividade estatal.

- 109** A caracterização de conduta contrária ao interesse público bem como a sua imediata comunicação a pessoas hierarquicamente superiores são deveres éticos dos servidores públicos.
- 110** O sigilo de assuntos e informações deve ser guardado apenas em situações em que o interesse público deve ser preservado, caso em que o processo deverá ser previamente declarado sigiloso.
- 111** Servidor público que praticar ação resultante em prejuízo ao erário e a terceiros, respectivamente, sofrerá responsabilização civil.
- 112** A busca constante de aperfeiçoamento profissional por parte de servidores públicos é uma forma para o cumprimento dos principais deveres éticos do exercício de cargos ou funções na administração pública.
- 113** Considere que uma servidora pública alcoolista venha se apresentando embriagada no serviço. Nessa situação, a servidora deve ser considerada inimputável eticamente, em virtude de sua condição emocional e psicológica frágil.

No que se refere à atuação ética do servidor público, julgue os itens que se seguem.

- 114** Adquirir, permutar ou locar bens ou serviços por preços elevados, em casos de mercados pouco competitivos ou dominados por poucos grupos empresariais, não incorre em improbidade administrativa.
- 115** A probidade administrativa é uma forma de moralidade, visto que ela consiste, entre outros aspectos, em servir honestamente a administração pública.
- 116** A lealdade do servidor público à organização em que estiver lotado é consequência das boas condições de trabalho e remuneração.
- 117** A atuação do servidor público que não configura violação à moralidade administrativa deve pautar-se sempre pelo fim desejado pela administração pública: o bem comum.
- 118** Não estará sujeita a pena administrativa servidora que, moralmente assediada por sua chefia imediata, praticar ato de insubordinação.
- 119** Incorre em conduta antiética o servidor que utilizar impressora e resma de papel de patrimônio institucional para finalidade privada ou pessoal.
- 120** O exercício de um cargo ou função pública exige que as ações do servidor público sejam sempre praticadas com finalidade pública. Tal exigência impede que o servidor busque outra finalidade e também o impede de praticar suas ações no interesse próprio ou de terceiros.

**PROVA PRÁTICA DISCURSIVA**

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **vinte pontos**, dos quais até **dois pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

**REDAÇÃO**

A administração pública brasileira tem enfrentado o desafio constante de combater práticas de corrupção em sua estrutura. Alia-se a essa realidade o crescente interesse e atenção da sociedade em relação a questões de governo e de Estado, o que potencializa as expectativas de que a conduta dos servidores públicos seja baseada em princípios éticos, morais, legais, impessoais e probos.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo que estabeleça relações entre as vedações à conduta do servidor público previstas no Decreto n.º 1.171/1994, as proibições previstas na Lei n.º 8.112/1990 e os atos de improbidade administrativa previstos na Lei n.º 8.429/1992. Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir:

- ▶ descreva as principais vedações previstas no Decreto n.º 1.171/1994; [valor: 4,50 pontos]
- ▶ descreva as principais proibições previstas na Lei n.º 8.112/1990; [valor: 4,50 pontos]
- ▶ descreva os principais atos de improbidade administrativa previstos na Lei n.º 8.429/1992; [valor: 4,50 pontos]
- ▶ estabeleça relações entre os elementos descritos nos dispositivos legais que orientam a conduta ética do servidor público. [valor: 4,50 pontos]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

